

Dez anos do Não Vai Ter Copa: o ativismo digital no Facebook contra a Copa do Mundo no Brasil pós-2014

*10 years of “Não Vai Ter Copa”:
digital activism on Facebook
against the 2014 World Cup in*



REVISTA
Revista Compolítica
Ano 2024, v.14, n.2
compolitica.org/revista
ISSN: 2236-4781
10.21878/compolitica.2024.14.2.715

Nilton Cesar Monastier Kleina

Universidade Federal do Paraná
[Federal University of Paraná]

Resumo

O artigo analisa a campanha Não Vai Ter Copa, que se opôs à realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, com base na teoria da mobilização política e em postagens no Facebook. O objetivo é verificar como a rede social foi usada pelos manifestantes nos anos seguintes ao torneio, comparando a ação dos ativistas com o período pré-Copa, que coincide com as manifestações de junho de 2013. A metodologia envolve uma análise de conteúdo em páginas da manifestação, observando como elas se desenvolveram e se modificaram em temática e atuação. Os resultados reforçam que a Copa do Mundo de 2014 foi uma oportunidade política para o ativismo brasileiro no agendamento de temáticas paralelas ao evento. Porém, o conteúdo das postagens tornou-se disperso, com os perfis perdendo força, sendo desativados ou abraçando outras causas. Além disso, são apontados limites para a mobilização no Facebook nos últimos anos, como a dispersão das pautas e a possível migração para outras redes sociais.

Palavras-chave: mobilização política; ativismo digital; Copa do Mundo da Fifa de 2014.

Abstract

This study examines the Não Vai Ter Copa campaign, which opposed the 2014 World Cup in Brazil, based on the theory of political mobilization and via Facebook posts. It aims is to describe how protesters used that social medium in the years following the tournament, comparing the activists' action with the pre-World Cup period, which coincides with the June 2013 protests. The methodology involves a content analysis on the protest pages, observing how they developed and changed in theme and action. The results reinforce that the 2014 World Cup was a political opportunity for Brazilian activism to point to themes parallel to the event. However, the content of the posts became dispersed, with profiles losing strength, being deactivated, or embracing other causes. Moreover, this study also found limits to mobilization on Facebook in recent years, such as the dispersion of agendas and possible migration to other social media.

Keywords: political mobilization; digital activism; 2014 FIFA World Cup.

Dez anos do Não Vai Ter Copa: o ativismo digital no Facebook contra a Copa do Mundo no Brasil pós-2014

Nilton Cesar Monastier KLEINA

Em 13 de julho de 2014, no Maracanã, a Alemanha venceu a Argentina por 1 a 0 com um gol de Mario Götze a dois minutos do fim da prorrogação. Os europeus conquistaram a Copa do Mundo daquele ano no Brasil, chegando ao tetracampeonato de futebol e se igualando à Itália em títulos. Ambas ficam atrás apenas da seleção brasileira, derrotada na fase anterior pelo icônico placar de 7 a 1 para os alemães.

Apesar de mobilizar setores como hotelaria, turismo e comércio, além de ser a competição mais aguardada por fãs de futebol a cada quatro anos, a Copa do Mundo de 2014 não foi celebrada de forma unânime pelo brasileiro. Anos antes, grupos de ativistas se preocupavam com questões sociais e políticas (Damo, 2020) que surgiram em decorrência da organização do megaevento esportivo, que demanda mudanças urbanísticas e orçamentárias que alteram o espaço público (Schimmel, 2013) e podem ser prejudiciais para parcelas da população.

De forma não oficial e baseada no principal grito das passeatas (Oliveira, 2021), esse movimento contrário ao evento ficou conhecido como Não Vai Ter Copa, já que tinha como objetivo primordial a não realização do torneio e o agendamento paralelo de denúncias sobre problemas sociais e demandas da população (Kleina, 2016). A mobilização foi fragmentada ao redor do país, mas concentrou núcleos de protestos em especial após 2013, de carona nas manifestações de junho (Aldé; Santos, 2014; Fidelis; Lopes, 2015; Gohn, 2014) que, por sua vez, se inspiraram em atos internacionais como o *Occupy Wall Street* e as Primaveras Árabes. Foi notável também o uso das plataformas digitais, espaço em que se agendavam temáticas, reforçavam pautas e realizavam convocações para atos presenciais (Bartkowiak *et al.*, 2017). É a partir dessas mobilizações que são expostos fatores como “o desgaste dos partidos tradicionais, a crise da representação política, os limites da democracia para enfrentar os graves problemas sociais e as expectativas da população” (Silveira, 2019, p. 32).

O objetivo deste estudo é dar sequência à pesquisa realizada em Kleina (2016), que avaliou as páginas do Facebook do Não Vai Ter Copa até a realização do torneio, agora para observar como

esses mesmos perfis agiram após o evento – de julho de 2014 até 2021, tanto em temáticas adotadas quanto nas estratégias de mobilização. A Copa do Mundo foi realizada, o que significa que o objetivo principal não foi atingido. Porém, a análise destrincha como a campanha se desenvolveu ao longo dos anos, avaliando o uso ativista da rede social.

O estudo baseia-se na teoria da mobilização política para discutir o ativismo político contemporâneo (McAdam, 2006) e elementos como os ciclos de protestos (Tarrow, 2009), que ajudam a explicar a cronologia das micromobilizações do Brasil da década de 2010 (Prudencio, 2014). Essas ações coletivas diferem das anteriores pela adoção de mecanismos como redes sociais digitais para trazer visibilidade, angariar participantes diversos e fortalecer a organização, gerando novas perspectivas para movimentos sociais (Gohn, 2014; Machado, 2007; Maia, 2011).

Como aponta Dias (2020), meios digitais alteraram as relações tradicionais da política, adicionando dinâmicas e alterando o repertório dessas organizações com rapidez para estimular mobilizações e disputar espaços entre narrativas. Desse modo, “as manifestações atuais dialogam mais e compartilham estratégias” (Cavalcanti; Jardelino; Nascimento, 2020, p. 42558) para aproveitar as tecnologias, como manter a comunicação por redes e mensageiros.

O ativismo on-line encontra no Facebook um ambiente propício pelo acesso massivo do público brasileiro a partir da década de 2010. A rede social oferece ferramentas e mecanismos de interação que facilitam o compartilhamento de conteúdos informativos ou opinativos, a convocação para atos e o estabelecimento de uma comunidade relativamente organizada (Cavalcanti; Jardelino; Nascimento, 2020; Fidelis; Lopes, 2015; Iskander, 2011; Sousa; Morais, 2021).

A metodologia da pesquisa envolve uma análise de conteúdo (Krippendorff, 2004; Sampaio; Lycarião, 2021) que sistematiza e auxilia na compreensão das publicações feitas pelas páginas que seguiram no ar. Entender os caminhos traçados por esses perfis, as novas ou velhas temáticas abraçadas e a estratégia de uso do Facebook estão entre as possibilidades da análise, que envolve três perfis com métodos distintos de atuação. O texto está dividido em três seções. Na primeira, serão discutidos conceitos da mobilização política e o papel das plataformas no ativismo. Em seguida, o movimento Não Vai Ter Copa é descrito em demandas e atuação, com a revisitação dos resultados originais. Por fim, os achados desta pesquisa são detalhados com reflexões acerca do ciclo de confrontos abordado.

Mobilizações on-line: Facebook como espaço de ativismo político

O ativismo político de movimentos como os protestos contra a Copa do Mundo age como descreve McAdam (1996): o ambiente propício gera circunstâncias facilitadoras para o conflito, com potencial estrutural para a ação coletiva e situação que deve ser moldada pela compreensão dos atores envolvidos. Segundo Tarrow (2009), pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam padrões de oportunidades e restrições políticas e, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades.

Movimentos sociais engajam em ação coletiva para gerar visibilidade e solicitar demandas, buscando a transformação da realidade e a ampliação da cidadania dos participantes (Carrer; Giacomazzo, 2020). Essas organizações adotam o processo de enquadramento para “tentar atrair e moldar a cobertura da mídia, ganhar o suporte do público observador, constranger oponentes e influenciar autoridades do estado” (McAdam, 1996, p. 339-340).

Tarrow (2009) narra a trajetória da ação coletiva pelo conceito de ciclo de confrontos. Essa é uma fase de conflito que envolve o sistema social e, a partir da aplicação de diferentes repertórios, gera a mobilização. O ciclo segue uma espécie de cartilha de etapas, passando por momentos como identificação da demanda, mobilização de atores antes não envolvidos, aplicação do repertório de ação coletiva e reação de autoridades ou opositores. Após uma fase inicial de possibilidades, seu desfecho é imprevisível e toma direções divergentes – a ponto de terminar com uma revolução ou reforma (normalmente sendo o sucesso do movimento) ou a dissolução da campanha sem resultados. Ciclos ou ondas de confronto evoluem com um repertório constantemente modificado (Tarrow, 2009), com o movimento tornando-se radicalizado ou institucionalizado com o tempo.

Para este estudo, adota-se o conceito de práticas de ativismo digital como ações que buscam impactos políticos em um determinado contexto a partir de ferramentas digitais. (Von Bülow; Vilaça; Abelin, 2018). O desenvolvimento e a popularização das redes sociais digitais, em especial na década de 2010, aproxima o ativismo online da vida cotidiana dos cidadãos para buscar legitimidade e adesão (Orlandini, 2019), trazendo a possibilidade de conectar pessoas e atuar como ferramenta de exposição, debate e organização política (Iskander, 2011). Mobilizações são criadas ou expandidas a partir dessas ferramentas de alta velocidade de circulação de informações e com um repertório discursivo original (Dias, 2020; Machado, 2007). As plataformas alteram o centro de

emissão, “que deixa de estar centralizado, passando a existir uma alternância das funções de emissão e recepção” (Sousa; Morais, 2021, p. 57).

Essa pluralidade de vozes, entretanto, não deve ser confundida com democracia digital ou espaço igualitário, já que as interações ocorrem em espaço privado “com alcance limitado, permeado pela hegemonia dominante, desequilibrado pela força de grupos que detêm recursos econômicos e simbólico” (Dias, 2020, p. 2019). Na disputa, há questões como a organização hierarquizada de informações por algoritmos (Silveira, 2019), o tempo dedicado à produção de conteúdo e o uso de plataformas paralelas, como mensageiros e outras redes sociais. É notável também a possibilidade de falta de foco ou organização e o reforço de vulnerabilidades que impedem mudanças na ação política preexistente, ou seja, fora do meio virtual (Maia, 2011).

Ainda assim, as redes digitais contribuem para fortalecer demandas sociais, já que oferecem tipos específicos de organização e de se fazer política (Machado, 2007), inclusive permitindo a ascensão de novos atores e horizontes políticos de lutas sociais pouco explorados. Até por diferenças estruturais, de formatos e de público, cada rede social tem uma função específica (ou preferida pelas comunidades) dentro de uma mobilização (Cavalcanti; Jardelino; Nascimento, 2020): o Twitter (atualmente X) com coberturas em tempo real, o YouTube para armazenar acontecimentos em audiovisual, e mensageiros para organização e troca instantânea de recados, por exemplo.

Nelas, o alcance de postagens pode ser maior do que em atos somente presenciais. As possibilidades de repertório de ação coletiva são expandidas por mecanismos que possibilitam a descoberta de conteúdos – caso das hashtags, que se transformam em símbolo em torno dos quais circulam quadros de mobilização (Prudencio, 2014). Elas podem incitar a politização para além do on-line – embora a mera publicação desorganizada ou isolada não seja o suficiente para esses desdobramentos.

Já são muitas as contribuições acadêmicas acerca do tema, de pesquisas que estudam o público e as formas de utilização de redes sociais em momentos específicos da política, como a Primavera Árabe (Bartkowiak *et al.*, 2017; Iskander, 2011) ou as jornadas de junho (Fidelis; Lopes, 2015; Machado; Miskolci, 2019; Tavares; Barbosa; Santos, 2014), até as que avaliam de forma crítica esse potencial nem sempre construtivo para a democracia (Maia, 2008; Silveira, 2019).

Uma das plataformas que emerge dentre os usos potenciais para a ação coletiva é o Facebook. Em estrutura, ela é composta de múltiplas ferramentas de interação que, embora não tenham o debate ou ativismo como objetivo, são adotadas como espaço para esses fins. É possível publicar ou comentar

em texto, foto, vídeo ou reações (o antigo “curtir”, expandido para múltiplos sentimentos) a partir do próprio perfil ou em páginas, grupos e eventos.

Este último é um mecanismo bastante acionado por movimentos sociais e identificado na análise do Não Vai Ter Copa. Eventos são páginas especiais, nas quais um acontecimento é divulgado e organizado para uma data específica, com o usuário podendo confirmar que comparecerá ao local na hora marcada ou republicá-lo para aumentar a sua visibilidade (Fidelis; Lopes, 2015).

Pelo uso ainda massivo no Brasil e no mundo¹, o Facebook assume “particular relevância no acesso à informação por parte dos cidadãos e em última instância ganha forte protagonismo no que concerne ao diálogo e debate deliberativo” (Sousa; Morais, 2021, p. 52). Na plataforma, movimentos sociais têm um espaço organizado para além de blogs para expressar o posicionamento político (Fidelis; Lopes, 2015). Ele foi a rede social mais importante na Primavera Árabe, acompanhado de Twitter e blogs (Bartkowiak *et al.*, 2017) e, nas jornadas de junho no Brasil, foi essencial na promoção de debates, convocações e compartilhamento de materiais das manifestações (Cavalcanti; Jardelino; Nascimento, 2020).

Uma das mobilizações que se aproveitou intensamente do Facebook para convocação e divulgação de ideias foi o Não Vai Ter Copa. As características, o contexto e as análises já realizadas a respeito dessa controversa campanha no país serão detalhadas a seguir.

Não Vai Ter Copa: diagnósticos sociais e manifestações contra o megaevento

O Não Vai Ter Copa é um uma expressão nascida no ciclo de confrontos de junho de 2013 no Brasil que se transforma² no nome das passeatas, na hashtag e no grito mais popular da mobilização sobre a insatisfação de parcelas da população contra a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Ela

¹ Segundo o Statista (Most Popular Social [...], 2023), o Facebook fechou 2022 com 150,12 milhões de usuários no Brasil. Ela é a terceira plataforma digital mais popular do país, atingindo até 86,8% dos brasileiros(as) conectados. Ela fica atrás de WhatsApp (93,4%) e Instagram (86,8%) no ranking – sendo ambos os serviços do mesmo conglomerado, a Meta, até 2021 chamada de Facebook.

² A adoção de uma expressão como parte do repertório de ação coletiva e a aliança com outras agendas mobilizadoras são tidas como características comuns de organizações populares por Tarrow (2009), que ressalta como movimentos superam fraquezas ao se juntarem com causas e concepções similares para fortalecer uma base que pode ser dispersa ou pouco numerosa.

é uma redução de um dos slogans originais da manifestação, “Se não tiver direitos, não vai ter Copa”, uma frase que resume o núcleo argumentativo dos protestos.

O ciclo se inicia anos antes com os Comitês Populares da Copa (Damo, 2020), organizações municipais unidas por uma articulação nacional que apoia comunidades ameaçadas de remoções e desapropriações forçadas durante obras de modernização ou construção de estádios ou estruturas como estradas. É com a proximidade do torneio que a mobilização ganha corpo e intensifica a presença nas redes e ruas – com uma guinada em 2013, quando busca explicar as demandas à sociedade e conquistar mais membros. Além disso, em junho daquele ano foi realizada a Copa das Confederações, competição que serve de “aquecimento” para o torneio principal e motiva a intensificação dos protestos. No período, para além de comitês e passeatas, o Não Vai Ter Copa ampliou a presença digital com blogs e plataformas como Twitter e Facebook.

As passeatas ficam menos numerosas em 2014, direcionadas às cidades-sede. Em Brasília, por exemplo, 2.500 pessoas protestaram em maio por violações de direitos humanos, com a presença de indígenas contrários às mudanças nas regras para demarcação de terras e recebidos de forma dura pela Polícia Militar (Oliveira, 2021). As ações envolviam ainda pichações e cartazes contra o torneio, além do ataque a símbolos do megaevento, como um modelo inflável do mascote tatu-bola Fuleco em Porto Alegre (Mascote da Copa [...], 2012).

O Não Vai Ter Copa era composto de dois embates: um entre os manifestantes contra uma aliança de uma poderosa entidade privada junto de instituições públicas, a Fifa e o Estado brasileiro (Kleina, 2016), e outro entre manifestantes e quem é favorável ao torneio – e, portanto, se opõe aos protestos. A mobilização propriamente dita juntou movimentos sociais, coletivos, ativistas e a comunidade atingida por obras ou medidas do evento. A disputa criou dois cenários em que “para os defensores, a Copa significava modernização e desenvolvimento; para seus críticos, desprezo estatal pelos serviços públicos e submissão à excludente lógica de mercado” (Oliveira, 2021, p. 14).

Internamente, o Não Vai Ter Copa se dividia em demandas com objetivos diferentes. Havia gritos de protesto e postagens nas redes que defendem a não realização do evento, para mobilizar o país a ponto de a Copa não ser mais viável. Por outro lado, outras vertentes não seguiam o slogan de forma literal e usavam a oportunidade política para denunciar mazelas sociais negligenciadas pelo governo, fora as violações de direitos contra populações já marginalizadas.

Vimieiro (2014) detectou abordagens estratégicas do Não Vai Ter Copa como o argumento de que o país não deveria ou seria incapaz de organizar a Copa do Mundo e críticas às obrigações da Fifa para os anfitriões, reforçando o aspecto de industrialização do futebol. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa encontrou entre as violações dos direitos humanos questões sobre direito à moradia (desapropriações e remoções para obras), investimentos públicos em áreas já privilegiadas das cidades e não em demandas mais urgentes (como transporte, educação, saúde ou infraestrutura), possíveis crimes ambientais e consequências negativas de legado, como a estádios caros com pouco aproveitamento após a Copa.

Várias denúncias são relacionadas à realização de megaeventos como Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e outros torneios globais. Eles envolvem mudanças realizadas em um espaço urbano durante a construção de arenas esportivas que promovem alterações em larga escala no espaço ao redor (Schimmel, 2013) e impactam a região por anos, antes, durante e após as partidas. Assim, as demandas do Não Vai Ter Copa incluem dilemas para além do esporte e sobre a modernização do país, cenário fundamental para a compreensão dos conflitos do período no Brasil (Vimieiro, 2014).

Apesar da “dificuldade de fazê-los adquirir tração e escala nacional” (Damo, 2020, p. 192), os protestos do Não Vai Ter Copa são impulsionados pelo ciclo de confrontos de junho de 2013, que culmina com a ida às ruas da população de várias cidades sob bandeiras como o preço das tarifas de ônibus, a PEC 37 e a polêmica presença do deputado Marco Feliciano na Comissão dos Direitos Humanos (Prudencio, 2014). Também chamada de Jornadas de Junho, a onda de manifestações começou por reivindicações do Movimento do Passe Livre (MPL) em São Paulo. No mesmo mês, ela expandiu para outras cidades e foi tida por Gohn (2014) como similar em proporção e quantidade de pessoas, ao menos no período, a acontecimentos como as Diretas Já (1984), o impeachment de Fernando Collor (1992) e passeatas estudantis de 1968.

Já inflados, os protestos abraçaram causas similares em termos de demandas sociais ou gritos mais generalizados de indignação com redes sociais, auxiliando a “aglutinar interesses díspares com um objetivo comum, mesmo que vagamente coeso e sem contornos políticos claros” (Aldé; Santos, 2014, p. 5). Apesar dessa pluralidade que gerou segmentação a longo prazo, as manifestações tinham algumas características em comum, como “base organizada [...]; manifestações com motivo local, mas expressão nacional; organização potencializada pelo uso das redes sociais na internet; e pouquíssima relação com partidos políticos” (Romão, 2014, p. 156).

Esta última é uma característica fundamental desse ciclo de protestos: a retórica antipartidária (Machado; Miskolci, 2020), misturada a um discurso liderado pela anticorrupção (Damo, 2020) e o sentimento contrário a instituições tradicionais (Gohn, 2014), com a figura do político vista de forma pejorativa. Os protestos de 2013 foram marcados também por atos violentos: a ala de manifestantes *black blocs* gera divergências entre os manifestantes (Aldé; Santos, 2014) e maior repressão pelas autoridades policiais (Oliveira, 2021), o que só ampliou a aversão ao Estado já presente nos atos.

O ativismo on-line no Facebook foi fundamental em junho de 2013 no Brasil para influenciar a população e organizar passeatas via eventos na rede social (Fidelis; Lopes, 2015), além de conectar pessoas que partilhavam dos mesmos interesses (Tavares; Barbosa; Santos, 2014) e lá encontraram um espaço para debate e informação. Especificamente no Não Vai Ter Copa, o Facebook foi uma importante ferramenta para alcançar um novo público além das ruas e possibilitar a publicação de opiniões (Fidelis; Lopes, 2015).

Na pesquisa de Kleina (2016), concluiu-se que o quadro inicial e principal do Não Vai Ter Copa no Facebook foi o seguinte: a Copa do Mundo não seria benéfica e o país tinha problemas demais para gastar atenção e verba com o evento.

Assim, para além da tentativa de impedir o torneio, a mobilização aproveitou pautas que “orbitavam” a Copa do Mundo. Porém, nos perfis analisados, há pouca discussão sobre os temas, além da baixa quantidade de comentários (e, consequentemente, debate ou reflexão). Além disso, a mobilização de quadros das demandas perde intensidade pela presença de assuntos como corrupção, a cobertura de manifestações e denúncias de repressão policial, que ganham mais espaço na medida em que os protestos acontecem.

A partir do estudo de alinhamento de quadros de Snow et. al. (1986)³, foi possível compreender na pesquisa original as principais estratégias de mobilização de quatro páginas do Não Vai Ter Copa no Facebook antes e durante o evento (Quadro 1). Em resumo, o estudo não identificou a transformação de quadros (*frame transformation*, ou transformação de quadros), que é a modificação de quadros

³ Segundo Benford e Snow (1986), o alinhamento de quadros envolve operações que acontecem no núcleo dos enquadramentos, caracterizadas como estratégias dentro de um discurso. Essa técnica é dividida em quatro classificações, aqui traduzidas pelo autor para melhor compreensão – *frame bridging* (conexão de quadros), *frame extension* (extensão de quadros), *frame amplification* (amplificação de quadros) e *frame transformation* (transformação de quadros) e envolve identificar ligações ou conjunções de indivíduos e trabalhos de enquadramento interpretativos de uma mobilização. Esse esforço argumentativo influencia a ação estratégica, a aquisição de recursos e a viabilidade de uma mobilização.

mobilizados por uma ação coletiva para ressignificar suas atividades. Além disso, as conclusões propostas pelas páginas ao longo do período envolvem mais quadros de diagnóstico – denúncia ou identificação de um problema – e motivacionais.

Quadro 1 – Os quadros e alinhamento do Não Vai Ter Copa

Página	Alinhamentos	Quadros produzidos
Ancop	conexão de quadros e amplificação de quadros	Violação de direitos/injustiça (diagnóstico/motivacional), violência (motivacional)
Se Não Tiver Direitos...	conexão de quadros, amplificação de quadros e esboço de extensão de quadros	Violação de direitos/injustiça (diagnóstico/motivacional), violência (motivacional)
Contra Copa 2014	conexão de quadros, amplificação de quadros e esboço de extensão de quadros	Violação de direitos/injustiça (diagnóstico/motivacional), violência (motivacional), descaso político (prognóstico) e impedimento (prognóstico)
NÃO VAI TER COPA	conexão de quadros e amplificação de quadros	Violação de direitos/injustiça (diagnóstico/motivacional), violência (motivacional) e descaso político (prognóstico)

Fonte: Elaboração própria a partir de Kleina (2016)

Por outro lado, foram encontrados em Kleina (2016) poucos quadros de prognóstico, que propõem soluções, possibilidades ou alternativas à crise. Entre os quadros produzidos no período, nota-se ainda a presença de quadros sobre descaso político. Essa categoria envolve discursos sobre uma eventual incompetência dos governantes, críticas ao Executivo e Legislativo e uma espécie de pessimismo em relação ao institucional e à política. As soluções propostas variam entre trocar os parlamentares ou governantes e prender ou cassar corruptos, sem maior argumentação a respeito.

O Não Vai Ter Copa segue como o grito de não realização do torneio mesmo com a proximidade das partidas e as páginas do Facebook funcionaram como o quadro motivacional da mobilização como um todo, a partir de uma estrutura descentralizada que amplifica seus próprios quadros (amplificação de quadros), faz conexões com enquadramentos similares (conexão de quadros) e se prolonga além do interesse inicial para incluir novos temas (extensão de quadros).

Feitas as reflexões a respeito das mobilizações e como uma ação coletiva faz uso de redes sociais para amplificar uma mensagem e expandir ideias, é possível avançar para o presente estudo, que

observa o comportamento pós-Copa do Mundo das páginas do Facebook que faziam parte do movimento original.

Teve Copa: a ação das páginas do Não Vai Ter Copa no Facebook pós-2014

Este estudo parte de uma observação de três páginas do Facebook que tiveram as publicações coletadas e analisadas em abril de 2023. Os perfis são o Contra Copa 2014⁴ (18 mil curtidas e última postagem em 1º de junho de 2020; Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa⁵ (4,6 mil curtidas e última postagem em 10 de maio de 2019); e Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa Ancop⁶ (4,7 mil curtidas e última postagem em 1º de dezembro de 2020). As duas primeiras foram criadas por ativistas anônimos. A última é o perfil dos comitês populares, que reúnem demandas de forma organizada, inclusive com a publicação de dossiês e contato com a população atingida.

As páginas analisadas são as mesmas de Kleina (2016), com uma ausência: o perfil NÃO VAI TER COPA, que mudou de nome para Nova Revolução Brasileira em 2015. Ela foi excluída em um período não identificado e por motivo desconhecido, seja pelo responsável original ou pelo próprio Facebook.

Ao todo, foram encontradas 843 postagens entre agosto de 2014 até a última atividade de cada perfil. Elas foram catalogadas em uma planilha e codificadas manualmente pelo autor, dado o número reduzido de conteúdos e a dificuldade no acesso à API⁷ da rede social, o que dificulta o uso de softwares de raspagem de dados.

Para a avaliação das publicações, a técnica adotada é a análise de conteúdo (AC). Esse método baseia-se em “procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos” (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 17), sendo um mecanismo para descrever ou interpretar fenômenos em razão de significados ou intenções. Com essa aplicação, é possível examinar características de uma

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/contracopa>. Acesso em: 17 ago. 2025.

⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100069144306305>. Acesso em: 17 ago. 2025.

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100067362644698>. Acesso em: 17 ago. 2025.

⁷ Sigla para Interface de Programação de Aplicações em tradução livre, uma API é um conjunto de protocolos e ferramentas que permitem a comunicação de um software com outros. No caso de pesquisas em redes sociais, ela pode ser usada para a obtenção de dados relativos a perfis e publicações.

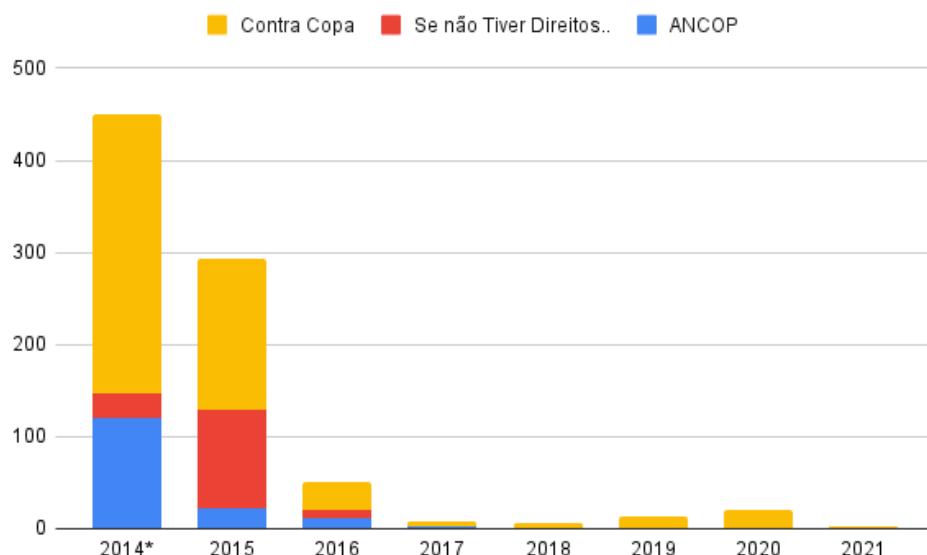
mensagem a partir de um conjunto de etapas que garantem o estabelecimento de tendências, compreensão de padrões ou avaliação de diferenças entre a base de dados estudada (Krippendorff, 2004).

Seguindo os procedimentos de Krippendorff (2004) e Sampaio e Lycarião (2021), as publicações foram examinadas a partir das seguintes variáveis: “Tipo de post”, “É conteúdo próprio?” e “Tema”.

Em “Tipo de post”, a publicação é avaliada pelo formato privilegiado, sendo um texto, vídeo, foto, notícia/artigo, evento ou outro. Já o item binário “É conteúdo próprio?” avalia se a postagem é original do perfil ou compartilhamento de outra página. Por fim, “Tema” classifica a publicação de acordo com o assunto, com nomenclaturas derivadas de Kleina (2016) ou criadas para este estudo após observação. Demais informações coletadas (data de postagem, conteúdo em texto, reações, comentários e compartilhamentos) são encontradas na publicação ou nos metadados do conteúdo.

É notável a queda na frequência de postagem nas páginas de julho de 2014 até o fim das atividades dos perfis (Gráfico 1). Apenas a Contra Copa 2014 manteve-se regular ao longo dos anos, até parar as atividades em 2021. Esta é também a que mais realizou publicações, com volume especialmente alto de conteúdos no segundo semestre de 2014 e em 2015. Nela, foram 543 postagens no período avaliado, enquanto a frequência das demais foi de 158 publicações (Ancop) e 142 publicações (Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa).

Gráfico 1 – Frequência de postagens das páginas no Facebook pós-Copa



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa, 2024

As demais páginas pausaram antes as publicações. A página Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa aumentou o volume de publicações em 2015, com um vácuo de postagens até 2019, quando pouco publicou e logo parou de receber atualizações. Já a Ancop teve um hiato entre 2017 e 2020, retornando brevemente e logo em seguida encerrando as atividades.

É natural que os perfis reduzam a quantidade de publicações com o fim da mobilização da Copa do Mundo. Porém, o torneio foi realizado mais duas vezes desde então (na Rússia, em 2018, e no Catar, em 2022) e foi seguido por outros megaeventos esportivos no país: os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro e a Copa América de futebol em 2021 – esta com partidas de público limitado e protocolos sanitários por ser realizada em meio a um dos picos da pandemia de covid-19.

Além disso, as páginas optaram por não manter a publicação massiva de pautas paralelas aos temas antes defendidos. É preciso levar em conta também uma queda do Facebook em relevância – tanto em termos gerais quanto no ativismo, seja para publicar conteúdos ou como plataforma de convocação. Como os responsáveis pelas páginas não se manifestaram publicamente e a pesquisa não previu contato com os administradores, não é possível saber os motivos que os levaram a parar de realizar postagens.

Em termos de temáticas, o comportamento das páginas segue por caminhos distintos (Tabela 1), cada uma com um destino editorial diferente. O tema Copa do Mundo é mencionado em todas as três páginas, sendo ao menos o sexto tema mais presente em cada uma delas no período avaliado. Entretanto, a maior concentração das publicações ocorre em momentos pontuais: no segundo semestre de 2014, quando o assunto ainda estava presente, e no aniversário de um ano da mobilização principal, em junho de 2015.

Somente uma página (a Ancop) transforma com intensidade o enquadramento da Copa para críticas similares aos Jogos Olímpicos de 2016. Apesar de ser o único perfil entre os analisados a fazer essa alteração, ele não o faz com tanta presença.

Tabela 1 – Os temas mais frequentes nas páginas do Não Vai Ter Copa

ANCOP		Se Não Tiver Direitos...		Contra Copa 2014	
Tema	Qtd. posts	Tema	Qtd. posts	Tema	Qtd. posts

Moradia	54	Ocupações secundaristas	70	Movimentos sociais	98
Não Vai Ter Copa	21	Segurança pública	19	Eleições 2014	76
Contra Olimpíadas	17	Transporte	10	Segurança pública	59
Direitos humanos	9	Educação	7	Não Vai Ter Copa	58
Política nacional	8	Moradia	4	Transporte	53
Fifa	6	Não Vai Ter Copa	4	Crise hídrica	40
Eleições 2014	6	Direitos humanos	3	Política nacional	28

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa, 2024

O comportamento da Ancop respeita as bases dos comitês populares originais, com pautas relacionadas a Moradia e Direitos Humanos. Há também trabalhos próprios, como um dossiê que elenca problemas decorrentes do megaevento no país. Essa é a página que mais faz críticas à Fifa, em especial por escândalos de corrupção posteriormente denunciados – sendo o único perfil que relaciona a organização do evento com a entidade privada, não apenas o país-sede. As poucas manifestações sobre as eleições de 2014 são críticas de doações de empresas para candidatos e uma nota do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) defendendo o voto em Dilma Rousseff.

A página Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa é a que menos retorna ao assunto do torneio de futebol. Ela inicia uma forte campanha de cobertura e ativismo a favor das ocupações de escolas pelos estudantes secundaristas, com atenção para manifestações realizadas em São Paulo (Ocupações, Atos e Polêmicas [...], 2015), depois da divulgação de medidas de reorganização do ensino estadual pelo então governador Geraldo Alckmin. As publicações envolvem ainda críticas contra o comportamento de policiais nas manifestações e dois temas paralelos: outras pautas de educação e transporte, como aumentos de tarifa e greves de funcionários.

Já a Contra Copa 2014 abraça causas em maior quantidade pelo maior tempo no ar e a alta frequência de postagens. Ela é atuante na cobertura de movimentos sociais, com notícias de manifestações, divulgação de atos e coberturas ao vivo de passeatas, além da prisão de ativistas. A página também é ativa no tema da crise hídrica em São Paulo entre 2014 e 2015 (Cruz, 2014) pelos baixos níveis de abastecimento do sistema da Cantareira, além de questões relacionadas a transporte e segurança pública, novamente com críticas às autoridades policiais. Por ser também a única em

atuação no período, a página menciona a Copa América de 2021 e se posiciona contra a sua realização em duas publicações.

Além disso, esse é o perfil que mais se posiciona politicamente, seja comentando acontecimentos gerais ou em períodos eleitorais. No pleito de 2014, ele se coloca contra o voto em si e sugere revoltas populares como instrumento de demonstração da insatisfação popular, criticando igualmente candidatos de diferentes espectros políticos no sentimento “nem Dilma, nem Aécio”. Nos anos seguintes, nota-se uma atuação antibolsonarista da página, com críticas diretas ao então presidente e a sua gestão.

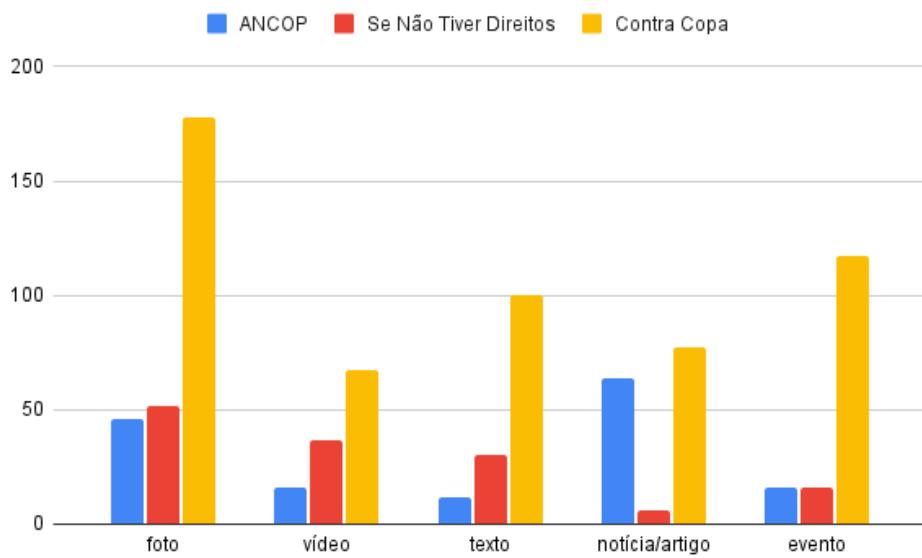
Esse comportamento, por mais que com frequência tenha um alvo nominal, ressalta o comportamento antipolítica dessa mobilização. Os perfis apresentam desilusão e ceticismo com processos democráticos, com desconfiança geral em relação a governantes e instituições, inicialmente direcionada ao então governo representado por Dilma Rousseff e o PT. Além disso, em especial na página Contra Copa 2014, há críticas ao que foi nomeado no estudo como “Mídia”, um termo que engloba veículos tradicionais de imprensa e com publicações em diferentes segmentos, como jornais impressos, portais online, rádio e televisão, às vezes citados nominalmente ou como um conjunto.

Entretanto, observa-se um fenômeno curioso nessas postagens mais recentes: há uma repercussão negativa nos comentários, com discordâncias de apoiadores de Jair Bolsonaro – que aparentemente acompanhavam as páginas no pré-Copa e concordavam com as pautas originais – ao teor das publicações. Esse fenômeno pode ser um indício da virada conservadora das manifestações de junho de 2013 seguida da atuação da Operação Lava-Jato (Cervi, 2022), em uma mistura de ideologias notada em certos momentos do protesto (Machado; Miskolci, 2019). Entretanto, a questão dos comentários não foi observada ao longo deste estudo e, portanto, não serão avaliadas neste momento.

Para além das temáticas acionadas, como o Facebook oferece diferentes possibilidades de publicação, as páginas podem optar por postar conteúdos em formatos variados. Eles podem ser textos escritos, ou então vídeos que foram adicionados pela própria página ou algum outro perfil. A partir da análise da base de dados, foi possível catalogar também quais os mecanismos de publicação mais adotados pelas páginas no período (Gráfico 2), organizados de acordo com o formato mais

relevante para a construção do conteúdo – ou seja, se a publicação é uma foto genérica e não mencionada acompanhada de uma longa carta aberta, a variável “texto” é tida como a predominante.

Gráfico 2 – Formato de postagens das páginas no Facebook pós-Copa



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa, 2024.

Neste quesito, a página da Ancop tem preferência notável pelo compartilhamento de notícias ou artigos ($n=64$) de blogs, mídia alternativa ou veículos tradicionais que sirvam como contextualização para um comentário. Em seguida, há a utilização de fotos ($n=46$) que divulgam eventos, manifestações ou acontecimentos relacionados aos temas da página. Ela utiliza vídeo, somente textos e eventos do Facebook em uma escala menor.

A Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa é a que dá menor importância para materiais de mídia alternativa ou tradicional e para os eventos no Facebook, preferindo publicar fotos e vídeos, inclusive transmissões ao vivo de protestos. A página apresenta quantidade baixa de conteúdo original ($n=14$): a maior parte das publicações ($n=131$) é compartilhada (com comentários próprios ou não) de outros perfis, normalmente da temática ativista e com preferência por uma conta chamada “Território Livre”.

A Contra Copa 2014 também se comunica por fotos e outras imagens ($n=178$), mas faz isso em uma proporção muito maior em relação aos demais tipos de publicação. Ela é também a que

proporcionalmente mais adota a divulgação de eventos (n=117) – muitas vezes com postagens massivas, mais de uma vez ao dia e ao longo de uma semana antes do ato – e de textos simples (n=100), sem complementos audiovisuais se sobreponham ao conteúdo escrito.

As preferências difusas e o comportamento variado das páginas no período estudado reforçam as possibilidades do Facebook como mecanismo de mobilização política e ativismo, além das ferramentas oferecidas pela própria plataforma que, mesmo sem ter política como objetivo inicial, acabam adotadas para esses propósitos.

Por fim, em relação às publicações com maior engajamento, é curioso notar quais as três postagens que mais receberam reações, comentários e/ou compartilhamentos em cada uma (Quadro 2). Esse breve recorte ajuda a exemplificar o que mais resulta em interações, para compreender um pouco dos quadros mobilizados.

Quadro 2 – Postagens das páginas com maior engajamento no Facebook

Perfil	Data	Conteúdo	Engajamento (reações, comentários, compartilhame ntos)	Tema
Ancop	17/09/2014	A violência contra os sem teto nesta terça-feira, dia 16 de setembro, atingiu a todas e todos que transitam, trabalham e vivem no centro de São Paulo [...]	44 / 2 / 76	Moradia
Ancop	11/11/2014	“O Estopim” – Filme do caso Amarildo é lançado na Rocinha. O filme “O Estopim” que retrata o caso do pedreiro Amarildo, brutalmente torturado e assassinado pela UPP em 2013, estreou [...]	31 / 0 / 25	Segurança pública
Ancop	13/09/2014	Reunião da Ancop (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa) reúne representantes das cidades-sede em São Paulo. Objetivo é fazer avaliação dos 4 anos de mobilização [...]	45 / 0 / 11	Não Vai Ter Copa
Se Não Tiver Direitos	24/01/2015	TERÇA-FEIRA SERÁ MAIOR: https://www.facebook.com/events/1448582862063794/?ref=ts&fref=ts	66 / 7 / 0	Transporte
Se Não Tiver Direitos	17/09/2014	PM E MÍDIA, JUNTAS, INVENTAM VERSÃO PARA CRIMINALIZAR MOVIMENTOS – VEJA A FRAUDE os covardes da PM e da mídia burguesa,	33 / 0 / 9	Segurança pública

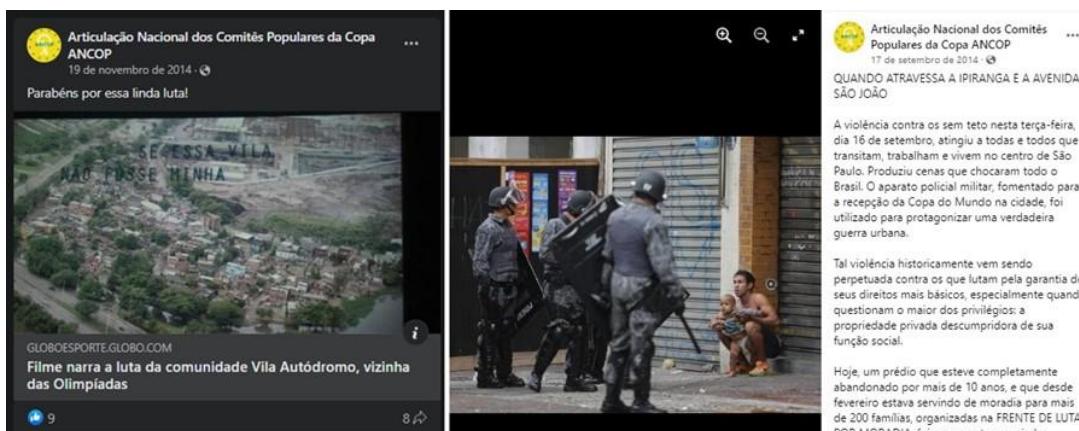
		perplexos e medrosos diante da revolta popular ontem, estão tentando criminalizar. [...]		
Se Não Tiver Direitos	10/05/2019	LISTA DE UNIVERSIDADES EM LUTA CONTRA OS CORTES! Bolsonaro mexeu com fogo ao aplicar este corte generalizado na educação. [...]	23 / 4 / 5	Educação
Contra Copa	05/10/2014	As manifestações de Junho foi pra isso Brasil ? #Lamentável	445 / 43 / 54	Eleições 2014
Contra Copa	22/09/2014	Justiça pra quem ? PM que matou trabalhador conseguiu liberdade.	220 / 42 / 322	Segurança pública
Contra Copa	04/10/2014	CAMPANHA NÃO VOTE, LUTE PELA REVOLUÇÃO ! ABAIXO A FARSA ELEITORAL BURGUESA !	167 / 7 / 300	Eleições 2014

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da pesquisa, 2024

No caso da Ancop, as publicações de maior engajamento (exemplificados na Figura 1) são praticamente um resumo dos quadros mobilizados e das pautas tidas como mais relevantes pelos comitês populares. Há questões relativas aos temas de moradia, segurança pública ou repressão (representada pelo assassinato de Amarildo) e uma questão institucional dos protestos da Copa do Mundo.

Os números de interações são reduzidos em comparação com a Contra Copa 2014, em especial o baixo número de comentários. Além disso, as três publicações com maior engajamento são relativamente próximas em termos de reações. É notável também como o perfil adota textos longos e explicativos, reforçando o caráter quase institucional para falar sobre os ideais dos comitês.

Figura 1 – Postagens da Ancop no Facebook pós-Copa



Fonte: Arquivos do autor, 2024.

Na página Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa, as publicações de maior engajamento (duas delas vistas na Figura 2) não envolvem o tema majoritário do perfil após a Copa do Mundo – a ocupação dos estudantes secundaristas, que mobilizou a página ao longo de meses. Em seu lugar, aparecem pautas paralelas de problemas sociais (transporte, segurança pública e educação) e uma crítica geral e genérica a respeito do processo eleitoral. O perfil representa ainda um *outlier* em relação aos demais: duas das três publicações com mais curtidas, comentários e compartilhamentos são pós-2014.

Uma delas foi realizada no ano seguinte e a outra em 2019, após um hiato nas postagens, para criticar as ações do governo Bolsonaro contra a educação. Além disso, ela é quem apresenta os menores números de engajamento em relação aos demais.

Figura 2 – Postagens da Se Não Tiver Direitos... no Facebook pós-Copa



Fonte: Arquivos do autor, 2024.

Por fim, as publicações do Contra Copa 2014 (Figura 3) são as que mais diferem em termos de números. Aqui, são interações na casa das centenas, em um alcance muito maior do que as demais até na quantidade de comentários.

Em termos de temática, as Eleições de 2014 aparecem em duas das três publicações. Ambas as postagens têm um tom de protesto sobre o período: uma reclama da formação do segundo turno e a polarização entre candidatos de PT e PSDB, enquanto a outra pede à população para não votar e realizar atos de protesto na data do pleito.

Figura 3 – Postagens da Contra Copa 2014 no Facebook pós-Copa



Fonte: Arquivos do autor, 2024.

Como esperado em um ciclo de protestos (Tarrow, 2009), a ação coletiva perde força ao longo do tempo, passando pelas etapas de exaustão e desmobilização com redução significativa de atividade. Isso é notado passado o aniversário de um ano da estreia da Copa, quando as publicações ficam ainda mais raras, fragmentadas e dispersas em pautas, com cada página seguindo por um caminho diferente até deixar de atuar completamente.

É o encerramento natural de uma oportunidade política aproveitada pelos ativistas, embora não tenha conquistado resultados práticos: o torneio aconteceu, assim como os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, e a Copa América de 2021 ocorreu em diferentes capitais, com múltiplas obras realizadas nos dois primeiros megaeventos.

Além disso, a redução em postagens e engajamento pode ser parcialmente explicado pela situação do próprio Facebook como mídia digital. Embora ainda extremamente popular e “o principal meio para a proliferação das discussões políticas” (Brugnano; Chaia, 2015, p. 102) em 2014, a plataforma passa a disputar tempo e atenção do público com redes sociais com propostas diferentes .

Também é notável como o enfraquecimento das páginas ocorre em paralelo com a intensificação das críticas à política institucionalizada, quando o discurso “extremista anti-establishment e de negação da política” (Cervi, 2022) ganha mais espaço inclusive nas redes sociais – apesar de várias das demandas relacionadas à Copa do Mundo, por exemplo, envolverem questões que seriam resolvidas por ações de governantes.

Além disso, as reclamações sobre economia e a pauta moral evoluem para uma plataforma de caráter mais neoliberal e conservadora (Machado; Miskolci, 2019), apoiadas em valores tradicionais e ideológicos. O estabelecimento das redes sociais como um espaço de agrupamento e organização do neoliberalismo ecoa em reflexões de Cesarino (2020) sobre como essa ideologia é propiciada nessas mediações digitais como um projeto epistêmico, que tem como raiz a ideia de que o mercado processa informações.

Essa guinada mobilizou e unificou setores da sociedade nos protestos contra Dilma Rousseff nos anos de 2015 e 2016. O novo ciclo culmina em um impeachment que engajou brasileiros, em especial no Facebook (Dias, 2017), e na ascensão de uma direita renovada próxima do neoliberalismo, que usa as redes digitais para se organizar, é mais radicalizada e substitui a direita moderada derrotada em pleitos anteriores (Brugnago; Chaia, 2015; Rocha, 2018), além da personalização dos ideais conservadores e antipetistas na figura de um candidato eleito nas eleições seguintes (Cervi, 2022).

Conclusões

Apesar da mobilização presencial e on-line intensa e do enquadramento da Copa como mau uso do dinheiro público, corrupção e violência fazerem sentido, o evento de 2014 no Brasil foi realizado. A mobilização do Não Vai Ter Copa já dava sinais de desgaste e dissolução perto do período de jogos e, em seguida, se perdeu em uma pauta variada e sem foco de contestação. Combinado com as características técnicas do Facebook, isso fez da mobilização uma porta de expressão de descontentamentos já difusos na sociedade brasileira.

O presente estudo fez uma retrospectiva de páginas do Facebook que atuaram na manifestação contra a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, pedindo a não realização do torneio ao mesmo tempo em que denunciavam problemas sociais no país. Entender a atuação e a escolha desses quadros é

também compreender narrativas em disputa na democracia em um período turbulento da política brasileira.

Em relação aos temas acionados, os protestos contra o torneio retornam em alguns momentos após 2014, mas sem intensidade em todas as páginas. Pautas anteriores, como lutas por moradia, educação e movimentos sociais surgem com alguma frequência, porém conectadas a algum acontecimento factual, como a ocupação dos secundaristas. Além disso, são muitas as demandas de segurança pública, majoritariamente representadas por críticas às ações policiais durante protestos e denúncias de truculência de agentes. O declínio na atuação é perceptível: das páginas avaliadas, duas perdem força de forma considerável após 2016 e uma resiste até 2020, já com publicações mais espaçadas.

É importante notar, entretanto, que a mobilização traz demandas válidas em relação a descontentamentos difundidos na sociedade brasileira, como pedidos por melhor uso de verbas pública e atenção do Estado a setores como saúde, educação, moradia e trabalho. Porém, não é correto subestimar o papel do megaevento: nesse contexto, o futebol e as percepções sobre ele “serviram de espaço e mecanismo para a concretização de disputas e mobilizações políticas” (Oliveira, 2021, p. 14), inclusive sendo parte da oportunidade política aproveitada pelo Não Vai Ter Copa e, durante alguns momentos, como espaços de protesto.

O Não Vai Ter Copa seguiu as previsões de Tarrow (2009) como parte de um ciclo de protestos. Ele envolveu a sociedade brasileira por um determinado período, agrupado com ações como as jornadas de junho de 2013 e mundo de um rico repertório de ação coletiva inclusive no digital. O seu encerramento, porém, resultou em desmobilização – deixando parte dos ativistas “órfãos” do movimento inicial e fragmentando as pautas nos anos seguintes à Copa do Mundo.

Os assuntos mobilizados após 2014 evidenciam também uma disputa interna entre enquadramentos (Benford; Snow, 2000), não apenas entre movimentos e seus opositores, mas nas páginas alinhadas em um tema em comum. A organização no Facebook e a relação delas com o assunto Copa do Mundo – posteriormente substituído para questões políticas abrangentes – evidencia também como mudanças no simbolismo de uma mobilização “não são derivadas diretamente da cultura nem totalmente construídas só de ideologia, mas são o resultado de sua interação estratégica em seus cenários variados e sempre em mudança” (Tarrow, 2009, p. 143).

A recapitulação dos temas ressalta ainda que o conteúdo antipolítica seguiu em alta, em especial em uma das páginas, que criticou a atuação de políticos e o “fazer política” no geral, incluindo as

eleições. O PT como um todo seguiu como alvo político mais comum no período de governo de Dilma Rousseff. Posteriormente, entretanto, Jair Bolsonaro também passou a ser cobrado, o que significa que o antipetismo é presente, mas é acompanhado pela desconfiança geral em instituições. Os responsáveis pelas páginas não aparentam ser bolsonaristas: ao menos uma delas critica o político enquanto deputado, candidato e presidente.

Por outro lado, essas publicações não são tão bem recebidas em alguns comentários, o que suscita dúvidas a respeito do público dessas discussões. Em especial na campanha eleitoral de 2018, há “uma diluição ainda mais acentuada das fronteiras entre a esfera político-eleitoral e outros domínios da vida” (Cesarino, 2020, p. 112), que mistura a linguagem e as dinâmicas das redes sociais com outros universos de sociabilidade, como o futebol – representado pela camisa da seleção e a sua adoção pela direita bolsonarista. Como identifica Cesarino (2020), a antiga normatividade político-eleitoral perde relevância ou é tida como inimiga.

Guardadas aos devidos contextos, há semelhanças também no que se tornou o Não Vai Ter Copa e no desenrolar do ciclo de confrontos que culmina na pauta do impeachment de Dilma. Ambos traziam o sentimento antipolítica em suas raízes, por mais que o antipetismo prevalecesse em relação a demais nomes e partidos, assim como reclamações de problemas urbanos e eficiência de políticas públicas – ambos visados nos ciclos e pouco abordados pelo governo vigente do PT (Alonso, 2017). Nos protestos contra Dilma até a sua saída, como aponta Dias (2017), páginas de organizações no Facebook atuaram como arena política e canal de disseminação de informações e narrativas na ação coletiva. Além disso, corrupção, mentiras e má gestão foram os enquadramentos mais frequentes encontrados no estudo de Dias (2017) sobre o processo, ecoando quadros mobilizados pelas páginas do Não Vai Ter Copa.

Entretanto, as páginas do Não Vai Ter Copa no Facebook parecem trazer um viés mais voltado para a esquerda, com preocupações com grupos marginalizados, críticas contra corporações e pautas sociais, como direito à moradia. O repertório aplicado envolveu vários elementos de antipolítica, mas sem migrar para os quadros patriotas que ascenderam, como aponta Alonso (2017). Essa é também uma força contrária aos grupos e páginas na mesma rede social que representaram a Nova Direita em ascensão, do Movimento Brasil Livre (MBL) aos Revoltados Online (Dias, 2017), baseados especialmente na pauta anticorrupção e em processo de consolidação no período (Rocha, 2018). As redes sociais foram especialmente importantes nessa construção, em um momento que

modifica as relações políticas “tornando-as não apenas mais polarizadas e conflitivas, mas também moldadas por uma gramática moral e anti-institucional” (Machado; Miskolci, 2019, p. 961).

É curioso notar ainda como a análise das publicações mostra um Facebook que não existe mais: a plataforma segue funcionando, com uma alta quantidade de usuários e postagens frequentes. Porém, em especial na década de 2010, para muitos ele era o sinônimo da própria internet, com a concentração de mensagens, notícias, lazer e distrações, sem contar o potencial político. Entretanto, a rede quase não é mais utilizada para mobilização política, sendo preterida em postagens imediatas a outros serviços de publicação efêmera, como os *stories* do Instagram ou o TikTok. Além disso, o Facebook como produto é hoje negligenciado dentro da própria empresa que o gerencia, a Meta, dona também do Instagram e do WhatsApp, focada em esforços potencialmente mais lucrativos envolvendo tecnologias como metaverso e inteligência artificial.

Utilizando-se de jargões futebolísticos tão comuns no Não Vai Ter Copa, a mobilização no Facebook após o torneio não chegou ao “padrão Fifa”, sendo que a própria rede social aos poucos foi jogada para escanteio.

Referências

ALDÉ, Alessandra; SANTOS, João Guilherme Bastos dos. As manifestações de junho: estratégia em rede para resistência civil. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23., 27-30 maio 2014, Belém. *Anais* [...]. Brasília, DF: Compós, 2014.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, p. 49-58, jun. 2017.

BARTKOWIAK, Jaqueline Zandona et al. A Primavera Árabe e as redes sociais: O uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. *Cadernos de Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2017.

BRUGNAGO, Fabricio; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, out. 2014-/jan. 2015.

CARRER, Juliano; GIACOMAZZO, Graziela. Movimentos sociais na cultura digital e formação humana. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e20131516, p. 1-20, 2020.

CAVALCANTI, Davi; JARDELINO, Fábio; NASCIMENTO, Raísa. Ativismo digital no Brasil contemporâneo. *Brazilian Journal of Development*, São José dos Pinhais, v. 6, n. 7, p. 42556-42570, jul. 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n7-029.

CERVI, Emerson U. Quando o discurso social de direita encontra políticos demagogos e instituições democráticas enfraquecidas: o caso do extremismo brasileiro. *Revista Más Poder Local*, [s. l.], v. 50, p. 108-123, 2022. DOI: 10.56151/maspoderlocal.111.

CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.

CRUZ, Fernanda. São Paulo sofreu pior crise de água de sua história em 2014. *Agência Brasil*, São Paulo, 24 dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/46xo0Bg>. Acesso em: 17 ago. 2025.

DAMO, Arlei Sander. A tragédia que a Copa legou ao Brasil – as Jornadas de Junho e a efervescente anticorrupção. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 22 n. 2, p. 167-200, set. 2020.

DIAS, Tayrine dos Santos. “É uma batalha de narrativas”: os enquadramentos de ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

DIAS, Vanessa T. Ativismo de esquerda nas redes sociais: contradições das novas trincheiras da luta política. *Novos Rumos Sociológicos*, Pelotas, v. 8, n. 13, jan./jul. 2020.

FIDELIS, Fernanda; LOPES, Flor Marlene. Jornadas de Junho de 2013: formas de mobilização online e a ação de ativistas em Brasília por meio do Facebook. *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 37-53, jan./jun. 2015.

GOHN, Maria da Gloria. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, 2014.

ISKANDER, Elizabeth. Connecting the national and the virtual: can Facebook activism remain relevant after Egypt's January 25 uprising? *International journal of communication*, Los Angeles, v. 5, p. 13-15, 2011.

KLEINA, Nilton Cesar Monastier. *Bola na trave*: os enquadramentos do “Não vai ter Copa” antes e durante a Copa do Mundo de 2014 no Facebook. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

KRIPPENDORFF, Klaus. *Content Analysis: An introduction to its methodology*. London: Sage Publications, 2004.

MACHADO, Jorge. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, set./dez. 2019.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia – problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 277-292.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M.; MARQUES, Francisco J. A. (org.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 47-77.

MASCOTE DA COPA do Mundo de 2014 é destruída durante protesto em Porto Alegre. *UOL*, Porto Alegre, 5 de outubro de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3CSyc9B>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MCADAM, Doug. The framing function of movement tactics: Strategic dramaturgy in the American civil rights movement. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer. (ed.). *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MOST POPULAR SOCIAL media platforms in Brazil as of 3rd quarter 2022, by usage reach. *Statista*, [s. l.], Feb. 2025. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1307747/social-networks-penetration-brazil/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

OCUPAÇÕES, ATOS E POLÊMICAS: veja histórico da reorganização escolar. G1, São Paulo, 4 dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/46sgUOh>. Acesso em: 17 ago. 2025.

OLIVEIRA, Eric Monné Fraga de. O ópio do povo? O futebol e as manifestações políticas no Brasil entre 2013 e 2020. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 24, 2021.

ORLANDINI, Maiara. Ativismo de sofá ou participação política? Os processos de politização do ativismo por hashtag. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 22, n. 29, jul./dez. 2019.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política. *Compolítica*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, ago./dez. 2014.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises*: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROMÃO, Wagner de Melo. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. *Revista Agenda Política*, v. 1, n. 2, p. 152–167, 2014.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial*: manual de aplicação. Brasília, DF: Enap, 2021.

SCHIMMEL, Kimberly. *Os grandes eventos esportivos*: desafios e perspectivas. Belo Horizonte: Unicamp, 2013. Coleção CEAv Esporte.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *Democracia e os códigos invisíveis*: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

SNOW, D. A.; ROCHFORD, E. B.; WORDEN, S. K.; BENFORD, R. D. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, p. 464–481, 1986.

SOUSA, João Carlos; MORAIS, Ricardo. A mobilização cívica e política na era das redes sociais: uma análise da ação de movimentos sociais no Facebook. *Opinião Pública*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 51-89, 2021.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, Viviany R.; BARBOSA, Bruno dos Reis; SANTOS, Flávia M. dos. O uso das redes sociais como meio de mobilização social nos protestos nacionais de junho de 2013. *Panorama*, Goiânia, v. 4, n. 1, jan./dez. 2014.

VIMIEIRO, Ana Carolina. Afinal, o que pensamos sobre a Copa? Uma breve análise dos enquadramentos do tema. *Debate*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 39-46, maio 2014.

VON BÜLOW, Marisa; VILAÇA, Luiz; ABELIN, Pedro Henrique. Varieties of digital activist practices: students and mobilization in Chile. *Information, Communication & Society*, Abingdon, v. 22, n. 12, 2018.

Sobre o autor

Nilton Cesar Monastier Kleina é Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2019-2023) na linha de pesquisa Comunicação, política e atores coletivos. Mestre em Comunicação pelo PPGCOM-UFPR (2014-2016) na linha de pesquisa Comunicação, política e atores coletivos. Integra o grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (Compa) e é pesquisador vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). E-mail: nckleina@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9378-6441>

Data de submissão: 22/03/2024

Data de aprovação: 04/04/2025